

# O caso contra a educação: porque o sistema educacional é um desperdício de tempo e dinheiro

The case against education: why the educational system is a waste of time and money

Laura Pimentel Barbosa<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Doutoranda em Ciência Política pela Universidade de São Paulo, Brasil.

E-mail: [laura.pimentelbarbosa@gmail.com](mailto:laura.pimentelbarbosa@gmail.com) <http://lattes.cnpq.br/6360461862239419> <http://orcid.org/0000-0003-0310-0384>

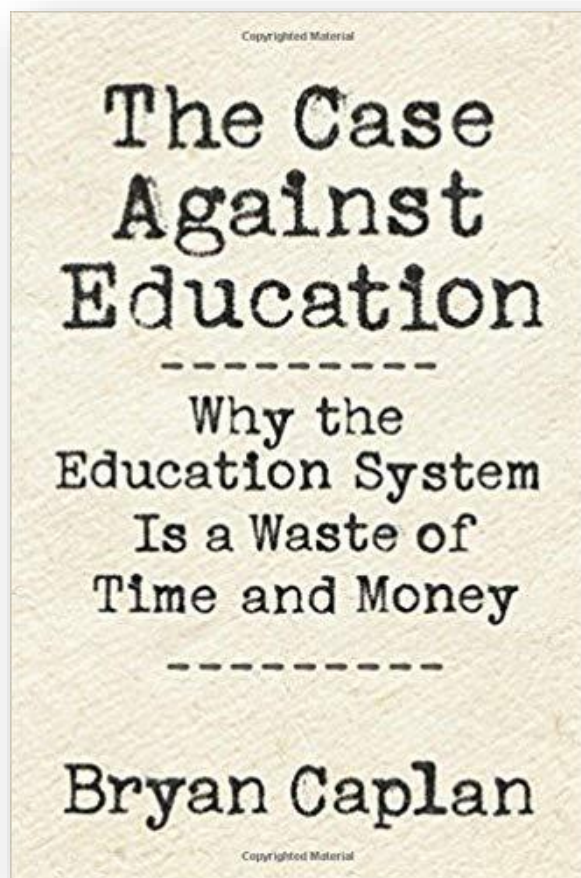
Resenha de: CAPLAN, Bryan. **The case against education: why the education system is a waste of time and money.** Princeton: Princeton University Press, 2018.

Durante o século XX, as discussões sobre os caminhos da educação eram em grande parte uma discussão restrita aos Estados-nação, com pouca ou nenhuma interferência internacional a não ser por vezes afetadas pelas sugestões e indicações da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO). Com o fim da União

Soviética e a maior integração dos países do Terceiro Mundo na economia globalizada, atualmente há uma grande preocupação das organizações internacionais em avaliar os índices educacionais e pensar sua relação com o desenvolvimento econômico.

No século XX, as discussões sobre os fins da educação não ficaram restritas às preocupações filosóficas e políticas. Hoje, elas são mais presentes do que nunca e estão ainda mais desafiadoras na medida em que envolvem interesses de atores diversos e não restritos aos Estados-nação. Por isso, é importante estarmos atentos ao que tem sido discutido sobre a educação. Observar as críticas e direcionamentos para a educação no mundo é uma forma de entendermos as propostas que estão chegando até o Brasil e outros países, e no espectro de ideias e propostas às quais devemos nos ater, é importante incluir também as mais ousadas e polêmicas.

Dentre as proposições mais ousadas se encontram as ideias e propostas de Bryan Caplan em seu mais recente trabalho “The case against education: why the education system is a waste of time and money” (“O argumento contra a educação: porque o sistema educacional é um desperdício de tempo e dinheiro”, 416 páginas, sem edição em português) publicado pela prestigiosa Princeton University Press em 2018. Professor de economia da George Mason University, Caplan é também



o autor de “The Mith of the Rational Voter” (“O mito do eleitor racional”, sem edição em português) publicado em 2008.

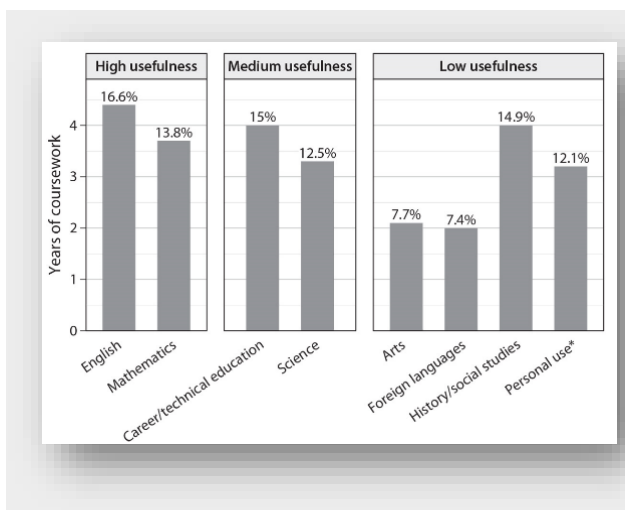
Nesse contexto, o livro aqui apresentado é uma interessante e estimulante leitura que pode ser proveitosa para os interessados na relação entre sociedade, educação e economia e que buscam pensar o papel da educação de modo geral para a questão do desenvolvimento econômico e social.

A maior preocupação de Caplan é a questão econômica e social, não pedagógica. Suas dúvidas quanto à efetividade do sistema educacional se concentram nas ideias “humanistas”, uma abordagem que o autor denomina como “capital humano”, amplamente aceitas de que 1) a educação prepara os alunos para assumirem postos de trabalho no mercado e 2) quanto mais amplo e acessível for a educação superior, maior será o desenvolvimento econômico e social.

O que o autor afirma é que para além dos discursos tradicionais e dos ideais humanistas pedagógicos, nós precisamos de uma perspectiva prática que traga também os elementos econômicos e sociológicos para a mesa. Segundo Caplan, muitas das reflexões inclusive acadêmicas sobre o sistema educacional ignoram o mundo real.

Ao introduzir as questões gerais que permeiam o livro, o autor se dedica a uma análise do currículo escolar do ensino médio, especificamente nos Estados Unidos, e observa que grande parte do programa escolar é pouco adequado às necessidades e interesses profissionais dos alunos e da sociedade. Enquanto isso o conhecimento de estatística e matemática financeira são praticamente ignorados nas escolas. No capítulo 2, “The Puzzle is Real”, o autor sistematiza o currículo do ensino médio estadunidense em três categorias, que variam das mais úteis a menos úteis, e afirma que o excesso de disciplinas e atividades requeridas dos alunos não necessariamente compõem uma “fábrica de habilidades” (p. 34). Boa par-

te do conhecimento que as disciplinas tentam transmitir é pouco retido pelos alunos, e uma boa razão para isso é porque quase nunca esse conhecimento é aplicável fora de sala de aula. A Figura 01 abaixo, retirada do livro, reúne essas disciplinas e apresenta o tempo que cada aluno despense em sala de aula em cada uma. O tempo aqui é medido em unidades Carnegie, uma unidade Carnegie se refere a 120 horas no decorrer de um ano.



Fonte: Snyder; Dillow 2011, pp. 228–30, 642 APUD Caplan, p. 33.

\* Inclui habilidades gerais, saúde pessoal e educação física, religião, ciências militares, educação especial e outros cursos não incluídos em outros campos” (p. 33).

O autor não nega que a escola e a educação superior têm importância na formação de capital humano. No entanto, pouco do que é ensinado é realmente retido pelos alunos e menos ainda é realmente de interesse do mercado de trabalho. Mesmo os possíveis efeitos gerais da educação, como ensinar a pensar, parece algo irregular, segundo pesquisas mencionadas pelo autor, grande parte dos adultos que completaram o ensino médio praticamente esqueceram quase todo o conteúdo ensinado, para além das habilidades elementares de leitura e matemática (p.50-57).

Apesar desses fatores, o mercado de trabalho valoriza, e muito, a educação formal, especialmente o ensino superior. E esse fato nos leva a gastar, individualmente e coletivamente,

muitos recursos no sistema educacional, especialmente no ensino superior (p. 69-70). Ao observarmos os dados, percebemos a correlação entre anos de estudo e aumento de salário. Por que o mercado de trabalho recompensa anos de educação que procura ensinar disciplinas sem aplicação profissional direta?

A resposta mais comum, principalmente por parte dos defensores da visão humanista, é que a educação ensina os alunos a pensar cientificamente e criticamente, os ensina a aprender, o que parece mais uma aspiração (*wishfulthinking*) do que realidade, sendo difícil verificar esse aspecto da educação. Essa resposta é contestada pelo autor, a partir das reflexões mencionadas anteriormente.

No terceiro e no quarto capítulo, ao tentar responder a essa questão é que fica mais clara a importância do conceito apresentado na introdução para a compreensão dessa relação entre sistema educacional e mercado de trabalho: trata-se do “modelo de sinalização” (*signaling model*) (p. 06; p. 15).

O modelo de sinalização nos ajuda a responder o dilema, ou enigma, da relação entre educação pouco prática e ganhos profissionais. Segundo o autor, o que ocorre é que o mercado de trabalho se utiliza das credenciais educacionais para comprovar que o candidato possui as habilidades valorizadas pelos empregadores. Essas habilidades podem ser aprimoradas pelos anos de estudo, mas não necessariamente depende do conteúdo aprendido (ou não) em sala de aula. Caplan menciona ao menos quatro habilidades: determinação, ser bem ajustado ao sistema, ser capaz de lidar com tarefas repetitivas e capaz de memorizar processos.

A complicação está no fato de que muitas pessoas com tais habilidades podem não ter as mesmas oportunidades de trabalho por não terem as credenciais educacionais requeridas para sinalizá-las ao mercado. O capítulo 5 se concentra nesse dilema. Muitas pessoas não tem o interesse nas aulas e disciplinas, na ver-

dade se sentem mais confortáveis em fazerem atividades fora de sala de aula, e isso ocorre inclusive nas universidades prestigiadas onde o acesso é restrito e mais difícil. Para esses alunos, o investimento e o tempo são ainda mais desperdiçados e, para os bons alunos, o excesso de credenciais no mercado apenas os prejudica pois eles precisarão realizar mais especializações e atividades para demonstrar para o empregador que eles de fato são mais merecedores dos melhores postos de trabalho.

No capítulo 6, o autor apresenta dados e pesquisas que indicam que o retorno dos anos e dinheiro (privado e público) investidos na educação superior não são necessariamente bons investimentos sociais apesar de compensarem a nível individual. A explicação, em termos bem gerais é a seguinte: apesar de o atual sistema econômico e o mercado de trabalho valorizarem as credenciais acadêmicas, eles o fazem muito em função do que essa formação sinaliza, e os efeitos da sinalização são meramente redistributivos porque a educação não aumenta necessariamente a produtividade – uma vez que os profissionais teriam praticamente a mesma produtividade sem os anos a mais de estudo. Quer dizer, se a educação em grande parte apenas sinaliza, então muitas outras pessoas que poderiam estar nos postos de trabalho mais bem pagos desde mais cedo gerando mais renda acabam em postos de trabalho menos bem pagos. Há, portanto, um enorme custo social em algo que socialmente e individualmente falando, não enriquece a sociedade tanto quanto nós gostaríamos.

Os capítulos 7 a 9 estão muito entrelaçados pois os três são dedicados a sugestões para uma possível reforma no sistema educacional norte-americano e a uma crítica à visão humanista da educação. Para o autor, seria preciso promover uma conscientização de que o ensino superior não é uma continuidade necessária da educação uma vez que ele é voltado para um tipo específico de alunos, com

interesses pessoais e profissionais que não podem ser generalizados, isso exigiria um esforço conjunto da sociedade para não discriminarmos as pessoas que tendem a escolher um caminho profissional que não envolva o ensino superior. Seria preciso uma ampla compreensão dos efeitos negativos da inflação de credenciais no mercado de trabalho e também do fato de que muitas das habilidades exigidas pelo mercado de trabalho não são desenvolvidas na instituição acadêmica, mas na prática.

Nesse sentido, o autor sugere que o currículo do ensino médio seja mais enxuto, tornando opcional e mais restrita a oferta de disciplinas menos aplicáveis como Artes, História, Ciências Sociais, Filosofia e Educação Física, de tal modo que os alunos que tenham interesse genuíno nessas disciplinas possam cursá-las, tornando o ambiente mais favorável ao aprendizado. No caso das disciplinas mais aplicáveis como Gramática, Idiomas estrangeiros e Matemática, seria necessário adequar o currículo tornando-o mais interessante para os jovens. O autor também destaca a importância do ensino vocacional, ou ensino técnico, nos moldes do sistema de ensino alemão, em que os jovens podem já no ensino médio escolher uma área técnica para se especializarem sem sofrerem discriminação ou preconceito por essa escolha. Isso tornaria os jovens aptos para entrar no mercado de trabalho mais cedo e mais capazes de aprimorarem as habilidades necessárias para o trabalho, gerando mais renda e riqueza.

No caso do ensino superior, precisaríamos entender que o estímulo à educação superior não só pode ser prejudicial a muitos indivíduos, especialmente os alunos mais pobres por razões já citadas, como também não é uma necessidade social que tenhamos tantas pessoas com credenciais de graduados, já que o ensino superior é em si uma espécie de carreira profissional. E na medida em que menos pessoas tiverem essas credenciais, o mercado

não teria outra escolha senão adequar-se à realidade social e recompensar as pessoas que mais se mostrarem dedicadas e com as habilidades necessárias, reduzindo assim os efeitos da sinalização no mercado de trabalho.

A questão que muitos podem colocar em relação a essas sugestões envolve a ideia de justiça. A crítica pode ser feita de que ao reduzir o acesso ao ensino superior, os mais pobres seriam mais prejudicados e eventualmente não subiriam na escada social porque não teriam acesso a bons empregos. Essa preocupação, diz Caplan, teria algum fundamento se o ensino superior de fato ensinasse habilidades úteis e necessárias à prática, o que, como o autor afirma e procura demonstrar por meio de diversas pesquisas principalmente de economistas e sociólogos, não é o caso. Na verdade, para o autor, uma maneira de reduzir a injustiça social seria investindo boa parte do dinheiro gasto com subsídios e investimentos no ensino superior em áreas mais urgentes como infraestrutura, saúde pública, energia e na área de pesquisa e desenvolvimento – que é realizada em grande parte pelos cursos de pós-graduação, não nos cursos de graduação.

As sugestões e reflexões de Caplan muitas vezes parecem estar na contramão do senso comum a respeito da educação e do que nós socialmente valorizamos; no entanto, muitas de suas ideias e sugestões em parte são retiradas da realidade do caso alemão e, nesse sentido, não são absolutamente fora das nossas possibilidades. O que o autor nos mostra é uma abordagem mais econômica e mais crítica que deve ser levada em consideração por todos aqueles que tem interesse nas políticas públicas de modo geral, não só educacionais, e entre aqueles que se interessam por questões de justiça social.

Ao lermos o trabalho de Caplan, somos levados a pensar se ao encorajarmos as pessoas a buscarem o ensino superior estamos promovendo uma grande injustiça econômica e social que não apenas prejudica o desenvol-

vimento econômico como um todo, mas também a possibilidade de a maioria das pessoas conseguirem um emprego e uma vida melhor. Afinal, se as credenciais educacionais servem em grande parte para sinalizar determinadas qualidades e pouco para ensinar e desenvolver habilidades necessárias para o trabalho, então uma pessoa capaz e dedicada que não consegue acesso ao ensino superior ou por alguma razão precisa abandoná-lo, acaba perdendo a oportunidade de conseguir um emprego para o qual tem capacidade e talento. Essa pessoa poderia muito bem no futuro, caso quisesse, se dedicar a um curso superior, mas o faria por interesse pessoal sem prejudicá-la economicamente.

Somos levados a refletir também sobre o efeito inflacionário das credenciais, quer dizer, na medida em que o mercado espera que as pessoas tenham no mínimo um curso superior, mais credenciais e diplomas serão necessários para que uma pessoa possa se destacar. Isso gera uma injustiça social ainda maior para aqueles que tem mais dificuldades sociais, econômicas e pessoais para investir tempo e dinheiro em especialização.

E entre aqueles que conseguem investir em especializações, o que se observa é uma tendência à subempregabilidade (*malemployment*), ou seja, mais pessoas se encontram em postos de trabalho que exigem muito menos qualificação do que o indivíduo possui. Além disso, a ênfase na ideia de que é a educação superior o principal caminho para o desenvolvimento econômico pode levar governos a promover a criação de universidades pouco qualificadas, gerando uma nova injustiça social, uma vez que muitos alunos acabarão investindo tempo e dinheiro em cursos de pouca qualidade, quando poderiam estar investindo esses recursos em outras atividades importantes para a sua qualidade de vida.

## BIBLIOGRAFIA

CAPLAN, Bryan. **The case against education: why the education system is a waste of time and money.** Princeton: Princeton University Press, 2018.



License information: This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.

Artigo **recebido** em 09 de outubro de 2019.

**Avaliado** em 31 de outubro de 2019.

**Aceito** em 06 de novembro de 2019.

**Publicado** em 21 de novembro de 2019.

### Como citar este artigo (ABNT):

BARBOSA, Laura Pimentel. O caso contra a educação: porque o sistema educacional é um desperdício de tempo e dinheiro. **Estação Científica (UNIFAP)**, Macapá, v. 9, n. 2, p. 103-107, abr./jun. 2019.